

São Paulo dia 23 de outubro de 2019

DOCREC

720/2019

Ofício endereçado ao Sr. Presidente Eduardo Tuma e ao Sr. Presidente da Comissão de Justiça aos Srs. Vereadores da Comissão, e a Srs. 55 vereadores da Câmara Municipal da cidade de São Paulo

Nós trabalhadores da feira dá madrugada solicitamos que abram uma CPI urgente para apurar as irregularidades da prefeitura e do consórcio Circuito de Compras da feira da Madrugada e regularizar a situação de todos os 4 mil trabalhadores e mais 60 mil empregos que estão sendo destruídos por um grupo de empresários chineses e brasileiros que estão trazendo um grande prejuízo para os cofres públicos da cidade de São Paulo. E nós compreendemos que os senhores têm o dever de preservar os cofres públicos da prefeitura da cidade de São Paulo e o desenvolvimento de trabalho dessa cidade. Pois isso não é possível, aqueles que foram eleitos para defender os cofres públicos do município e recebem uma denúncia, que pelo menos façam uma investigação. Isso está escrito na constituição que é um dever dos parlamentares que forem eleitos democraticamente, defender os cofres público e o interesse da maioria da população da cidade de São Paulo. Solicitamos que os senhores abram uma CPI urgente para garantir os nossos direitos e apurar a irregularidades que estão sendo violadas pela prefeitura e um grupo de empresários chineses e brasileiros que segundo comentários, não estão pagando IPTU ou pagam abaixo de preço de mercado sobre as transações financeiras milionárias, sobre as compras e vendas de box, que não pagam os impostos, não registram os trabalhadores nem pagam os encargos do governo. pior, os encargos trabalhistas. Isso é um absurdo, que o legislativo e o executivo da cidade de São Paulo não tomem as providências e não cumpram a Constituição Federal do país, porque segundo a justiça os sócios do consórcio estão envolvidos em desvio de milhões de dinheiro público na lava jato, operação pandora, sonegação de impostos e dívida de IPTU na cidade de São Paulo e outros estados. Esse grupo ganhou uma licitação, que foi de carta marcadas de uma área pública da união administrada pela prefeitura de São Paulo, que não toma nenhuma providência.

Solicitamos para que o ministério público tome às providências cabíveis e que deu a entender que está se criando um poder paralelo da organização que faz suas próprias leis, ignorando as leis da Constituição Federal, e se não forem tomadas as providências, vai passar por cima da lei da nossa constituição, isso é um absurdo. Solicitamos aos Srs. Vereadores que cumpram a constituição Federal e abra uma CPI urgente para apurar as irregularidades do Consórcio Circuito de Compras e da Prefeitura da cidade de São Paulo e garantir os direitos dos 4 mil trabalhadores, que trabalhavam no local antes da licitação e os direitos democráticos do nosso país. Como exemplo: nós microempresários, quando fazemos uma venda somos obrigados a emitir uma nota fiscal, pagar os impostos e quando contratamos um funcionário somos obrigados a registrar o funcionário e pagar os direitos trabalhistas. Se alugamos, ou compramos um galpão temos que pagar o IPTU para a cidade de São Paulo. Mas não é isso que acontece com o Consórcio. Com a permissão do legislativo e da prefeitura de São Paulo, eles fizeram várias transações financeiras milionárias. Sem pagar os impostos, como exemplo não pagam o IPTU, e se pagam, é abaixo do preço de mercado. Por que os procedimentos são diferentes em ambas as situações? Fizeram a licitação de uma área pública da União administrada pela Prefeitura da cidade de São Paulo, não estão cumprindo o contrato de licitação da prefeitura com o consórcio. Dando a entender, que há um poder paralelo.

RECEBIDO
Comissão de Constituição, Justiça
e Legislação Participativa
Em 23/10/2019 às 14h55
RF 11261

Para fazerem suas próprias leis, não considerando as leis da Constituição Federal. É feito vista grossa pela prefeitura e pela União permitindo a licitação. Como exemplo; existiam 4 mil trabalhadores que trabalhavam no local desde o início da feira da madrugada em 2006, antes dessa licitação, em uma reunião com o ex-prefeito Fernando Haddad ele falou que o ministério público estava pedindo para fechar a feira da madrugada, para fechar os boxes de latas, lonas e os tripés. Porque não tinha rota de fuga, e poderia acontecer um incêndio e uma grande tragédia. Nós concordamos com o fechamento da feira por 45 dias, para que fossem feitos os 4 mil boxes de alvenaria para os trabalhadores que trabalhavam no local. Mas essa construção, levou 6 meses e ele entregou os 4 mil boxes de alvenaria, mas por ser um projeto social, na entrega dos boxes, ficou acordado que se pagaria 24 parcelas de R\$910,00, através de um boleto bancário pago para a prefeitura, para cobrir as despesas. Depois que pagassem as 24 parcelas de R\$910,00, seria cobrado uma taxa de R\$300,00 para cobrir a manutenção das despesas da feira da madrugada. Depois da entrega dos boxes, que ele disse que seria um bem permanente de família, após um ano que estávamos trabalhando no local novamente, ele mudou de ideia e convocou novamente para uma reunião, dizendo que iria fazer uma licitação, pois iria ser muito bom para os trabalhadores. Iria ter um espaço dentro de um shopping popular, com uma taxa de um projeto social e garantindo os direitos dos 4 mil trabalhadores. Compreendemos que foi uma licitação de carta marcada, que não deu nenhuma oportunidade para nós trabalhadores concorrermos à essa licitação. Como exemplo, protocolei um envelope na secretária do trabalho, que cada trabalhador depositava R\$3000,00 na conta da prefeitura, totalizando 12 milhões de reais, e parcelava o restante por 35 anos. No dia da licitação, protocolei na mesa da juíza da licitação, e não foi aceito e ainda me deram voz de prisão. Mas como eu estou em um país democrático eu falei que poderiam me prender porque estava defendendo o direito de 4 mil trabalhadores e não de um consórcio que sabemos que é um grupo que segundo a justiça comete irregularidades. Eles não estão cumprindo o contrato de licitação, ao invés de remanejar a gente para um local de trabalho adequado para vendas, na calada da noite chamaram a guarda metropolitana e a polícia militar, que dispararam tiros de borracha e bombas, ferindo vários trabalhadores, expulsando para trabalharem nas calçadas das ruas, ferindo os direitos humanitários dos trabalhadores. Como se não bastasse, a prefeitura e o consórcio estão mandando cobrar uma dívida que é ilegal judicialmente, bloqueando os bens e as contas bancárias. Aproximadamente, no valor de R\$33.400,16. Isso está impossibilitando de nós mantermos nossas microempresas e os funcionários, e nós mesmos de continuarmos trabalhando. Isso é uma injustiça social, solicitamos aos Srs. Vereadores que abram uma CPI para apurar as irregularidades da Prefeitura e do Consórcio Circuito de Compras SPE S.A

Atenciosamente,

Alex Omar Cabral

RG: 9.820.715-5

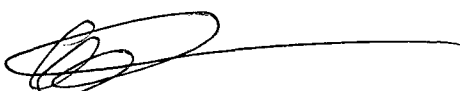
Endereço: Rua: José Silva Alcântara filho, N° 205

Bairro: Burgo Paulista

CEP: 03680 000 - São Paulo - SP /

Celular: (11) 94712-6173

Telefone: (11) 20412715



São Paulo, 23 de outubro de 2019

Ofício endereçado aos Direitos Humanos do Brasil e Internacional

Nós trabalhadores da feira da madrugada solicitamos que nos ajudem a garantir os nossos direitos, que estão sendo violados pela prefeitura de São Paulo e o Consórcio Circuito de Compras SPE S.A, grupos de empresários chineses e brasileiros que estão violando os nossos direitos de trabalho, de sobrevivência, de manter as nossas famílias. Na calada da noite, chamaram a Guarda Metropolitana e a Polícia Militar e expulsaram do local de trabalho, 4 mil trabalhadores disparando tiros de borracha e bombas, ferindo vários trabalhadores. Sem oferecer nenhuma oportunidade, não tiveram opção a não ser trabalhar nas calçadas das ruas, correndo dos fiscais da Prefeitura de São Paulo, da Guarda Metropolitana e a Polícia Militar. Como se já não bastasse essas irregularidades, estão mandando uma dívida que é ilegal, por ser um projeto social, não deveria ser cobrado antes da construção do novo Shopping, no valor de R\$33.400,16 para cada trabalhador com uma ação judicial, bloqueando os bens e as contas bancárias, tirando os nossos direitos de trabalhar.

Está nos impossibilitando de mantermos as nossas microempresas, que geram empregos para a cidade de São Paulo, e honrar com os nossos compromissos de pagar os nossos impostos e manter o sustento de nossas famílias.

Nós trabalhadores solicitamos o apoio dos senhores para nos ajudar, também fazemos o convite para que os senhores possam mandar um representante para acompanhar todas as quarta-feira às 14hrs no primeiro andar na Câmara Municipal de São Paulo, na Comissão de Justiça. Para nos ajudar a abrir uma CPI para que os vereadores investiguem as irregularidades da prefeitura e do Consórcio Circuito de Compras SPE S.A e garanta os direitos dos 4 mil trabalhadores. Segue em anexo protocolo do Ministério Público e da Câmara Municipal

Alex Omar Cabral

RG: 9.820.715-5

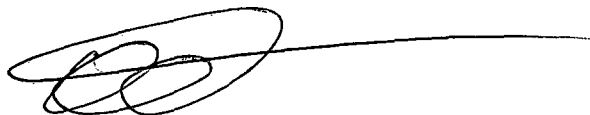
Endereço: Rua: José Silva Alcântara filho, N° 205

Bairro: Burgo Paulista

CEP: 03680 000 - São Paulo – SP /

Celular: (11) 94712-6173

Telefone: (11) 20412715



São Paulo, 23 de outubro de 2019

Ofício endereçado ao Ministério Público do Trabalho

Nós trabalhadores solicitamos que façam uma investigação urgente no Consórcio Circuito de Compras SPE S.A para apurar as irregularidades que estão sendo cometidas pelo Consórcio, e permitindo pela Prefeitura e a União, já que é uma área pública da União administrada pela prefeitura da cidade de São Paulo, que se fala que não estão pagando IPTU, ou se pagam, está sendo pago abaixo do preço de mercado. Não pagam os impostos sobre as transações financeiras milionárias de compras e vendas de boxes, como está na nossa Constituição Federal, que qualquer transação comercial, os impostos precisam ser pagos para manutenção do país.

Como exemplo: Nos Microempresários, somos obrigados a qualquer venda que fizermos, emitir nota fiscal, pagar os impostos. Ou quando compramos um salão, ou alugamos, somos obrigados a pagar o IPTU para o Município da cidade de São Paulo.

Quando contratamos um funcionário, somos obrigados a registrar e pagar os impostos e encargos trabalhistas, mas o Consórcio Circuito de Compra SPE S.A não faz o mesmo, contrariando a legislação do país. Como se tivesse criando dois poderes no país, um que é legítimo, que é formado pela constituição Federal e outro que são organizações de um consórcio que um grupo de empresários chinês e brasileiros que segundo a justiça estão envolvidos em vários processos trabalhistas. Não registra os funcionários como está na lei do país, criaram suas próprias leis. Solicitamos que o ministério público do trabalho e do patrimônio social façam uma investigação e acompanhe pelos 35 anos da administração do consórcio, desde já, até o fim da construção do novo shopping. Para que os trabalhadores tenham os seus direitos garantidos, contamos com o ministério público e a justiça, para que garanta os direitos dos 4 mil trabalhadores que trabalhavam no local antes da licitação e vejam que absurdo, segundo a justiça eles respondem em vários processos trabalhistas e outros processos, tais como na lava jato, operação pandora e sonegação fiscal de impostos de IPTU na cidade de São Paulo e outros estados.

Quando nós trabalhadores abrimos uma CPI na câmara a um ano atrás, um dos sócios, o chinês Zhu falou que não tinha nenhum funcionário, e possuía um comércio pequeno e investiu 13 milhões e recebeu 17 milhões de comissão das vendas dos boxes. Queremos que investiguem de onde veio tanto dinheiro. E ainda por cima, não pagou os impostos porque segundo ele, no contrato de licitação o ex-prefeito Fernando Haddad e seu secretário do trabalho Arthur, isentou o pagamento de impostos e até agora ninguém tomou as providências, será que eles têm mais poderes do que a nossa Constituição Federal? Porque nos trabalhadores fomos expulsos pela prefeitura e consórcio na calada da noite. Mandaram a Guarda Metropolitana e a Polícia Militar tirar a gente

disparando tiros de borracha e bombas, ferindo vários trabalhadores e ninguém toma as providências, destruindo vários empregos e jogando nós para ir trabalhar nas calçadas das ruas correndo dos fiscais da prefeitura e da Guarda Metropolitana, violando os nossos direitos e ninguém toma às providências cabíveis ainda, como se não bastasse o que fizeram estão mandando uma dívida que é ilegal para cada trabalhador R\$33.400,16 através de uma ação judicial bloqueando os bens e as contas bancárias que está nos impossibilitando de continuarmos trabalhando para manter as nossas famílias e os nossos funcionários.

Nós trabalhadores solicitamos encarecidamente que tomem as providências. Nós também estamos lutando para abrir uma CPI todas as quarta-feira às 14hrs no primeiro andar, na Câmara Municipal, na Comissão de Justiça para que os vereadores apurem as irregularidades, se for possível o ministério público do trabalho e do patrimônio social, manda um representante para nos ajudar para garantir os nossos direitos de trabalho. Nós agradecemos porque abaixo de Deus só nos resta o Ministério Público e a Justiça que nós confiamos.

Atenciosamente,

Alex Omar Cabral

RG: 9.820.715-5

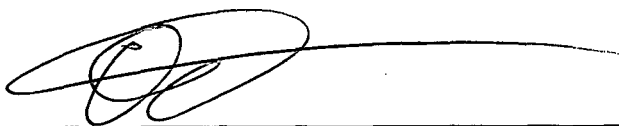
Endereço: Rua: José Silva Alcântara filho, N° 205

Bairro: Burgo Paulista

CEP: 03680 000 - São Paulo – SP /

Celular: (11) 94712-6173

Telefone: (11) 20412715



São Paulo, 23 de outubro de 2019

Ofício endereçado ao Ministério Público do Patrimônio Social

Nós trabalhadores solicitamos que façam uma investigação urgente no Consórcio Circuito de Compras SPE S.A para apurar as irregularidades que estão sendo cometidas pelo Consórcio, e permitindo pela Prefeitura e a União, já que é uma área pública da União administrada pela prefeitura da cidade de São Paulo, que se fala que não estão pagando IPTU, ou se pagam, está sendo pago abaixo do preço de mercado. Não pagam os impostos sobre as transações financeiras milionárias de compras e vendas de boxes, como está na nossa Constituição Federal, que qualquer transação comercial, os impostos precisam ser pagos para manutenção do país.

Como exemplo: Nos Microempresários, somos obrigados a qualquer venda que fizermos, emitir nota fiscal, pagar os impostos. Ou quando compramos um salão, ou alugamos, somos obrigados a pagar o IPTU para o Município da cidade de São Paulo.

Quando contratamos um funcionário, somos obrigados a registrar e pagar os impostos e encargos trabalhistas, mas o Consórcio Circuito de Compra SPE S.A não faz o mesmo, contrariando a legislação do país. Como se tivesse criando dois poderes no país, um que é legítimo, que é formado pela constituição Federal e outro que são organizações de um consórcio que um grupo de empresários chinês e brasileiros que segundo a justiça estão envolvidos em vários processos trabalhistas. Não registra os funcionários como está na lei do país, criaram suas próprias leis. Solicitamos que o ministério público do trabalho e do patrimônio social façam uma investigação e acompanhe pelos 35 anos da administração do consórcio, desde já, até o fim da construção do novo shopping. Para que os trabalhadores tenham os seus direitos garantidos, contamos com o ministério público e a justiça, para que garanta os direitos dos 4 mil trabalhadores que trabalhavam no local antes da licitação e vejam que absurdo, segundo a justiça eles respondem em vários processos trabalhistas e outros processos, tais como na lava jato, operação pandora e sonegação fiscal de impostos de IPTU na cidade de São Paulo e outros estados.

Quando nós trabalhadores abrimos uma CPI na câmara a um ano atrás, um dos sócios, o chinês Zhu falou que não tinha nenhum funcionário, e possuía um comércio pequeno e investiu 13 milhões e recebeu 17 milhões de comissão das vendas dos boxes. Queremos que investiguem de onde veio tanto dinheiro. E ainda por cima, não pagou os impostos porque segundo ele, no contrato de licitação o ex-prefeito Fernando Haddad e seu secretário do trabalho Arthur, isentou o pagamento de impostos e até agora ninguém tomou as providências, será que eles têm mais poderes do que a nossa Constituição Federal? Porque nos trabalhadores fomos expulsos pela prefeitura e consórcio na calada da noite. Mandaram a Guarda Metropolitana e a Polícia Militar tirar a gente

disparando tiros de borracha e bombas, ferindo vários trabalhadores e ninguém toma as providências, destruindo vários empregos e jogando nós para ir trabalhar nas calçadas das ruas correndo dos fiscais da prefeitura e da Guarda Metropolitana, violando os nossos direitos e ninguém toma às providências cabíveis ainda, como se não bastasse o que fizeram estão mandando uma dívida que é ilegal para cada trabalhador R\$33.400,16 através de uma ação judicial bloqueando os bens e as contas bancárias que está nos impossibilitando de continuarmos trabalhando para manter as nossas famílias e os nossos funcionários.

Nós trabalhadores solicitamos encarecidamente que tomem as providências. Nós também estamos lutando para abrir uma CPI todas as quarta-feira às 14hrs no primeiro andar, na Câmara Municipal, na Comissão de Justiça para que os vereadores apurem as irregularidades, se for possível o ministério público do trabalho e do patrimônio social, manda um representante para nos ajudar para garantir os nossos direitos de trabalho. Nós agradecemos porque abaixo de Deus só nos resta o Ministério Público e a Justiça que nós confiamos.

Atenciosamente,

Alex Omar Cabral

RG: 9.820.715-5

Endereço: Rua: José Silva Alcântara filho, N° 205

Bairro: Burgo Paulista

CEP: 03680 000 - São Paulo - SP /

Celular: (11) 94712-6173

Telefone: (11) 20412715

